

Tradições discursivas
faces e interfaces da historicidade
da língua e do texto



LaborHistórico

Volume 4 - Número 1 - jan./jun. 2018

Sumário

Apresentação	10
---------------------	----

Cleber Alves de Ataíde
Valéria Severina Gomes

Dossiê Temático

La relación entre tradiciones discursivas y la dinámica de variedades de lengua	13
--	----

Alfonso Gallegos Shibya

A adjetivação como marca de tradição discursiva do editorial de <i>O Mossoroense</i>	31
---	----

Ângela Cláudia Rezende do Nascimento Rebouças

Tradições discursivas: conceitos e métodos para a análise diacrônica de gêneros	41
--	----

Jorge Luis Queiroz Carvalho
Aurea Zavam

Varição e Tradição: uma análise do <i>Tu</i> e <i>Você</i> na posição de sujeito em cartas de pernambucanos (1860-1989)	55
--	----

Elizabhatt Christina Cavalcante da Costa
Valéria Severina Gomes
Cláudia Roberta Tavares Silva

Por uma filologia do discurso: latinidade, ethos, tradições discursivas e um exercício analítico transdisciplinar	72
--	----

Lucineudo Machado Irineu

Polifonia e modalização na tradição discursiva “aviso de cobrança” nos jornais do século XIX	85
---	----

Roseane Batista Feitosa Nicolau

Varia

**A expressão da posse na terceira pessoa em cartas escritas por homens brasileiros:
uma análise diacrônica e histórica** 100

Elaine Alves Santos Melo

Janaína Pedreira Fernandes Souza

Luan Alves Alonso Martins

As estruturas clivadas do galego 116

Xavier Frias Conde

Resenhas

**RACHI, S. *Por mãos alheias: usos da escrita na sociedade colonial.*
Belo Horizonte: Editora PUC MINAS, 2016. 399 p.** 126

Marcus Vinícius Pereira das Dores

A expressão da posse na terceira pessoa em cartas escritas por homens brasileiros: uma análise diacrônica e histórica

The expression of possession in the third person in letters written by Brazilian men: a diachronic and historical analysis

Recebido em 11 de fevereiro de 2018. | Aprovado em 03 de abril de 2018.

DOI: <https://doi.org/10.24206/lh.v4i1.17494>

Elaine Alves Santos Melo¹
Janaína Pedreira Fernandes Souza²
Luan Alves Alonso Martins³

Resumo: Neste trabalho, investigamos a expressão da posse na terceira pessoa em cartas escritas por homens brasileiros – ilustres e não ilustres – nascidos entre os séculos XIX e XX. Especificamente, nos deteremos na interpretação dos seguintes fatores: tipo de estrutura de posse (pronomes possessivos, posse interna ou posse externa); traço de inalienabilidade (inalienável, alienável ou abstrato); data de nascimento dos missivistas; missivistas ilustres e não ilustres. Para tanto, faremos uso do Goldvarb-X (SANKOF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2001) que nos auxiliará no tratamento estatístico dos dados. No que concerne aos aspectos teóricos, utilizaremos os pressupostos de Variação e Mudança (WEIREINCH; LABOV; HERZOG, 1968), bem como os da Sociolinguística Histórica (CONDE SILVESTRE, 2007).

Palavras-chave: Posse; Terceira pessoa; Homens; Missivas; Diacronia; História.

Abstract: In this work, we investigate the expression of third - person possession in letters written by Brazilian men - illustrious and not illustrious - born between the nineteenth and twentieth centuries. Specifically, we will dwell on the interpretation of the following factors: type of possession structure (possessive pronoun, internal possession or external possession); trace of inalienability (inalienable, alienable or abstract); date of birth of the letter writers; illustrious and not illustrious letter writers. To do so, we will use Goldvarb-X (SANKOF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2001) that will help us in the statistical treatment of the data. Regarding theoretical aspects, we will use the assumptions of Variation and Change (WEIREINCH; LABOV; HERZOG, 1968), as well as those of Historical Sociolinguistics (CONDE SILVESTRE, 2007).

Keywords: Possession; Third person; Men; Missives; Diachronic; History.

¹ Graduada em Letras (Português-Literaturas), mestra e doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência em sintaxe diacrônica, tendo desenvolvido trabalhos sobre o Português Brasileiro, o Português Europeu e o Português Clássico. Tem experiência na educação no nível superior e na educação básica, estando, atualmente, como professora da rede particular da educação básica, no Rio de Janeiro. elaine.asmelo@gmail.com.

² Graduada em Letras (Português/Literaturas), mestra e doutoranda em Língua Portuguesa pela UFRJ. Tem experiência em Sociolinguística, Linguística Histórica e História da Língua. Tem experiência na educação básica, lecionando Língua Portuguesa no ensino fundamental e médio. jana.pedreira@yahoo.com.br.

³ Graduando do curso de Português-Frances, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desenvolve pesquisa sobre a sintaxe do Português, tendo trabalhado na Iniciação Científica com o sistema de expressão da posse de terceira e segunda pessoa no português brasileiro e europeu. alonso_krs@hotmail.com.

Apresentação

Neste trabalho apresentamos uma análise sobre a relação entre aspectos diacrônicos e sócio-históricos que interagem na mudança por que passa o sistema de expressão da posse no português brasileiro. No que concerne aos aspectos diacrônicos, investigamos como as variáveis linguísticas condicionam o aumento ou a diminuição da frequência de uso de uma dada variante. Por outro lado, em relação aos aspectos sócio-históricos, dado que este trabalho tem apenas cartas escritas por homens, buscamos investigar até que ponto as distintas histórias de vida podem favorecer ou desfavorecer uma variante.

Trabalhamos com uma amostra de 100 missivas, escritas por homens brasileiros, nascidos entre o século XIX e o século XX que foram segregados em ilustres e não ilustres, conforme pode ser visto no quadro abaixo.

	Ilustres	Não ilustres
Affonso Penna		
Casimiro de Abreu		
Christiano B. Ottoni		
Cupertino do Amaral		
Frazão Braga I		
Frazão Braga II		
Jaime O. Saraiva		
Odécio S. Figueiredo		
Oswaldo Cruz		
Jaci		

Quadro 1. Os missivistas.

Após a coleta dos dados, procedemos a codificação e os submetemos ao Goldvarb-X, a fim de obter os resultados estatísticos que serão apresentados na análise.

Para melhor compreensão da análise, trazemos, brevemente, a discussão sobre alguns conceitos importantes: a estrutura sintática para a expressão da posse no português e o traço de inalienabilidade. Apenas, após estas breves explicações, passamos à apresentação dos pressupostos teóricos que norteiam este trabalho e, por fim, a análise diacrônica que é corroborada por uma seção sobre a relevância da sociolinguística histórica para os resultados.

1. A estrutura sintática para a expressão da posse no português

O português apresenta três estruturas sintáticas distintas capazes de projetar as relações de possuído e possuidor. Especificamente, podemos fazer referência à posse externa, como em (1), posse interna, como em (2), e ao pronome possessivo, como em (3).

- (1) Feriu-lhe a perna.
- (2) A casa da Dona Guiomar
- (3) A sua casa

Vejamos, então, quais as propriedades morfossintáticas dos três tipos de estrutura sintática listados acima. Iniciemos pela posse externa, a seguir tratemos da posse interna e, por fim, do pronome possessivo.

A posse externa é definida e caracterizada por Payne e Barshi (1999) como uma construção em que uma relação semântica de possuído-possuidor é expressa a partir da codificação do possuidor como um argumento do verbo e em um constituinte separado/descontínuo daquele que contém o item possuído.

Nós tomamos como exemplos centrais de posse externa uma construção em que a relação semântica possuidor-possuído é expressa pela codificação do possuidor como uma relação gramatical do verbo e em constituinte separado daquele que contém o possuído. (PAYNE; BARSHI, 1999, p. 3)⁴

Outras propriedades da posse externa também são destacadas por Payne e Barshi (1999): o tipo de predicado é, preferencialmente, [+eventivo] e [+estativo (somente nos verbos inacusativos)]; ela ocorre com mais frequência em construções com posse inalienável, isto é, uma posse intrínseca, como em (4); é mais frequente quando o item [+possuidor] tem o traço de animacidade [+humano] ou [+animado], conforme se pode observar nos exemplos em (4).

- (4) a. O João lhe lavou as mãos.
b. O cachorro lambeu-lhe a pata.

Em geral, a expressão da posse externa se dá por meio de três tipos de itens lexicais: morfemas aplicativos, clíticos ou DPs plenos ou nus, isto é, nomes que não vêm acompanhados do artigo. A variação nas possibilidades de marcação de uma relação de posse externa está ligada às propriedades sintáticas e singulares de cada gramática. Assim, por exemplo, podemos observar, em (5), sentenças do catalão em que há posse externa e notar a presença do clítico “li”. Observemos, primeiramente, que na estrutura sintática dos dados em (5a-b) ocorre o alçamento do DP [+possuidor] para a posição de tópico da sentença.

Além da realização do item [+possuidor] com o Caso Dativo, há o clítico adjacente ao verbo que garante o estatuto de posse externa à construção visto que, por definição, essas construções ocorrem quando um termo ligado ao DP pós-verbal passa a se relacionar sintaticamente com o verbo.

Por outro lado, em (5c), há um clítico dativo junto ao verbo, mas não há uma construção em que dois itens marquem a posse externa como ocorre em (5a-b), ou seja, não há redobro.

- (5) a. _[possuidor]A aquest cotxe _[possuidor]li falla _[possuído]el carburador.
b. _[possuidor]A Joan _[possuidor]li suen _[possuído]las mans.
c. L'accident _[possuidor]li va desfigurar _[possuído]la cara.

(PICALLO; RIGAU, 1999)

No que concerne ao português, essa mesma construção é encontrada no português europeu por Miguel, Gonçalves e Duarte (2011). Observemos que nos dados em (6) as autoras comparam os três tipos de estruturas sintáticas que podem expressar a posse. Enquanto em (6a-b), há posse interna com a preposição genitiva “de” ou com a preposição dativa “a”, em (6c), há posse externa, isto é, o clítico dativo “lhe” é o item [+possuidor] e está sintaticamente fora do NP em que se encontra o item [+possuído].

- (6) a. O professor avaliou as provas dos estudantes.
b. O professor avaliou as provas aos estudantes.
c. O professor avaliou-lhes as provas.

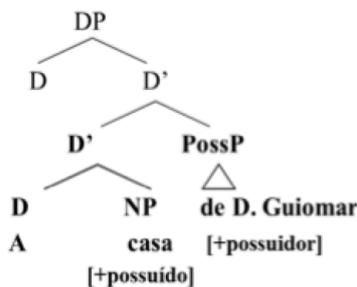
(MIGUEL; GONÇALVES; DUARTE, 2011, p. 390)

No que concerne à morfologia, é possível destacar que em (6a-b) há uma preposição que delimita o Caso dos adjuntos adnominais e expressa a relação de posse. Por outro lado, em (6c), o clítico “lhe” é o responsável por exercer a função que em (6a-b) é cumprida pela preposição, ou seja, expressar o Caso Dativo.

Assim, poderíamos até aqui fazer uma oposição entre a posse interna e a posse externa tal qual as representações apresentadas em (7). Interessa-nos, neste momento, ao mostrar a representação sintática desses dois tipos de estruturas, observar exatamente a projeção do que estamos nomeando como interno e externo. Assim, não trataremos sobre os núcleos funcionais expressos. Em (7a), tanto o NP possuído quanto o PP possuidor estão dentro da projeção DP. Por outro lado, em (7b), o “lhe” que é o clítico dativo, [+possuidor] é alçado para a projeção do verbo, estando, portanto, fora do núcleo onde está o DP [+possuído].

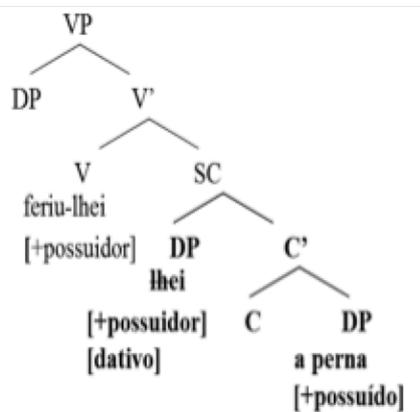
⁴ “We take core instances of external possession to be constructions in which a semantic possessor-possessum relation is expressed by coding the possessor as a core grammatical relation of the verb and in a constituent separate from that which contains the possessum” (PAYNE; BARSHI, 1999, p. 3).

(7) a. A casa de Dona Guiomar



Quadro 2. Representação arbórea da posse interna.

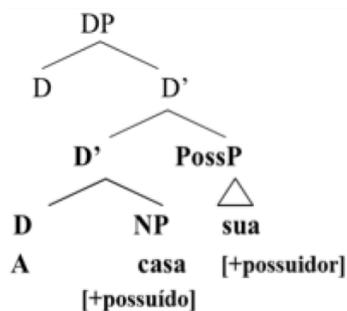
b. Feriu-lhe a perna



Quadro 3. Representação arbórea da posse externa.

A última estrutura sintática que tratamos neste trabalho é o pronome possessivo. Neste caso, conforme a representação em (8), também há a projeção do item com o papel temático de possuidor (o pronome possessivo) dentro do DP tal qual ocorrer na sintaxe da posse interna. A diferença aqui é enquanto em (7a) há um PP com o papel temático de [+possuidor] em (8) esta mesma noção semântica é expressa pelo pronome possessivo, ou seja, por um DP.

(8) A sua casa



Quadro 4. Representação arbórea do pronome possessivo.

Apresentadas as três estruturas sintáticas que se definem como a variável dependente desta pesquisa, é preciso ainda trazer, brevemente, os conceitos de posse alienável, inalienável e abstrata que serão fundamentais para entendermos a análise diacrônica. Vejamos então um pouco sobre tais conceitos.

2. Traço de inalienabilidade

Tradicionalmente, o conceito de inalienabilidade é colocado como uma dicotomia. Existem nomes alienáveis e inalienáveis. Vejamos, inicialmente, como explicar esta dicotomia.

A posse alienável é definida por Guerón (1985) como a estrutura em que o DP [+possuído] é disjunto do nominativo, dativo ou genitivo possuidor. Assim, o DP [+possuído] não é interpretado como parte inerente do DP [+possuidor]. No caso da posse interna, externa e pronomes possessivos, podemos ver uma relação de posse alienável, nos exemplos em (9).

- (9) a. A camisa da mãe
b. Cortou-lhe a manga da camisa.
c. A sua camisa

Por outro lado, a posse inalienável é definida por Guerón (1985) como a construção em que o DP [+possuído] – nomes de partes do corpo ou de partes de objetos – é uma parte intrínseca do DP [+possuidor]. Este DP pode checar os casos Nominativo, sendo o sujeito da sentença, mas também o dativo ou o genitivo, atuando como adjunto adnominal ou complemento nominal.

Ou seja, a posse inalienável é uma estrutura em que a relação semântica não é construída no contexto discursivo, não é definida pela pragmática, como ocorre na posse alienável, mas sim em uma relação inerente aos dois objetos relacionados: uma relação de parte-todo que pode ser partes do corpo ou relações de parentesco. Segundo Baker (1995), a relação de posse inalienável é tão forte que pode, estruturalmente, ser entendida como uma relação entre predicador e argumentos, na medida em que o DP [+possuído] é dependente do DP [+possuidor]. Ainda seguindo Baker (1995), são possíveis construções com interpretação inalienável em que aparentemente não há uma relação intrínseca entre o DP [+possuído] e o [+possuidor] como se nota no exemplo em (10). Nesses casos, Baker defende que há uma extensão de significado, permitindo uma leitura intrínseca.

- (10) O dente já tá saindo a anestesia (Fala espontânea)

Neste trabalho, apesar de conhecermos a tradicional visão dicotômica entre posse inalienável e alienável, optamos por seguir a proposta de Moura Neves (1993; 2003; 2006) e trazer o conceito de posse abstrata, isto é, nomes que tenham uma semântica diferenciada em que não seja possível estabelecer uma interpretação de parte-todo, prototípica da posse inalienável, ou em que também não exista uma posse alienável, haja vista que não é possível haver a transferência do item possuído. Vejamos alguns exemplos para ficar mais claro o raciocínio.

- (11) a. O braço do João quebrou.
b. O carro do João quebrou.
c. A felicidade do João é muito grande.

Observemos que em (11a) o PP “do João” que tem o papel temático de [+possuidor] é interpretado com o todo, cuja parte é o nome “braço”, estamos, portanto, diante de um exemplo prototípico de posse inalienável. Em (11b), por outro lado, não há uma relação de parte-todo, mas pode ocorrer a transferência da posse, isto significa que “João” pode por ter a posse do carro, vendê-lo a outra pessoa que passará a ser o possuidor do objeto. Portanto, há a posse alienável.

Em (11c), não é possível interpretar uma relação de parte-todo nem mesmo um contexto em que pode ocorrer a transferência da posse. São dados como o expresso em (11c) que foram classificados como posse abstrata. Observemos que há, pelo menos, uma importante diferença entre a posse nos exemplos (11a-b) e (11c). Nos dois primeiros exemplos, estamos diante de substantivos concretos com o papel temático de [+possuído], por outro lado em (11c), há um substantivo abstrato que pode estar condicionando a expansão do sentido de posse.

Entretanto, é importante destacar que os conceitos de substantivo abstrato e concreto nem sempre dão conta de especificar os dados que foram classificados neste grupo. Estamos nos referindo a expressões como (12) em que há um substantivo concreto, mas não há prototipicamente posse alienável e nem inalienável.

(12) a. A festa do João foi legal.

A opção metodológica de classificar os tipos de posse nestes três grupos se mostrará relevante nos resultados que serão apresentados nas próximas seções, visto que a posse abstrata é justamente o contexto mais resistente ao aumento da frequência de uso das construções de posse interna. Muito, provavelmente, este resultado tem relação com o estágio da expansão do sentido de posse em determinadas expressões da língua portuguesa.

Antes de apresentarmos os resultados, vejamos quais os pressupostos teóricos que adotamos e a amostra que utilizamos para o desenvolvimento deste trabalho.

3. Pressupostos teóricos

3.1 A teoria de Variação e Mudança

Um dos pontos de maior debate do Estruturalismo Saussuriano diz respeito à concepção do sistema linguístico como homogêneo. Neste caminho de análise, a influência de fatores sociais no uso da língua não é observada. Esta incongruência da teoria é revelada pelo paradoxo saussureano:

Assim, temos o paradoxo saussuriano: o aspecto social da língua (*langue*) é estudado pela observação de qualquer indivíduo (*parole*), mas o aspecto individual somente pela observação da língua em seu contexto social (LABOV, 2008, p. 218).

Sob a perspectiva da Sociolinguística Variacionista, por outro lado, a visão do pesquisador é direcionada para os aspectos internos à língua, mas também para os aspectos externos, especialmente, os sociais. A língua é então concebida como um sistema em que há uma heterogeneidade ordenada. Em outras palavras, as variações linguísticas podem ser descritas e analisadas a partir de fatores linguísticos e sociais (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968).

Labov (1994) interpreta as noções de variação e mudança como inerentes às línguas humanas. Neste sentido sendo as línguas humanas potencialmente variáveis há a possibilidade de ocorrerem transformações graduais e paulatinas em direção à implementação da mudança no sistema linguístico. Assim, a preocupação da sociolinguística variacionista não está apenas nos resultados que expliquem a mudança já efetivada na língua, mas também no caminho que é percorrido até que a implementação da mudança linguística esteja concretizada. Para tanto, é fundamental que as amostras linguísticas recubram distintos momentos da história, em outras palavras, é necessário que ocorra a reconstrução de diversas sincronias (cf. PAIVA; DUARTE, 2004).

Paiva e Duarte (2004), diante da observação de que para uma análise sociolinguística é necessário trabalhar com diversas sincronias, se preocupam em discutir o problema da constituição da amostra. Isto porque, por vezes, um fenômeno específico pode requerer a análise de *corpora* específicos. Este é sem dúvida um problema com o qual o sociolinguista precisa trabalhar:

Se a análise diacrônica implica a reconstrução de uma ou de diversas sincronias, coloca-se o problema quantitativo e qualitativo de constituição de uma amostra e de seleção dos objetos a serem tomados como ponto de referência. Quantos e quais textos vamos utilizar para depreender as possíveis mudanças? Como avaliar a representatividade de um texto em relação a um certo recorte do tempo? Até que ponto o fenômeno específico em estudo requer a análise de *corpora* específicos? São questões com que se defrontam inevitavelmente os sociolinguistas e os pesquisadores da diacronia (PAIVA; DUARTE, 2004, p. 184).

Labov (1994) argumenta que os trabalhos sociolinguísticos diacrônicos precisam considerar com especial atenção algumas questões que podem influenciar na interpretação dos resultados. O primeiro destes problemas é

a localização de documentos históricos; o segundo diz respeito à expressividade do vernáculo do autor; e, por fim, a caracterização do perfil social dos autores.

No desenvolvimento deste trabalho, considerando os problemas levantados por Labov na constituição da amostra, buscarei fazer o resgate do perfil sociolinguístico dos autores das missivas, bem como dos seus destinatários. Para tanto, considerarei a idade, o gênero, o grau de parentesco, o nível de letramento, o nível cultural.

Nesse sentido, a opção por observar uma amostra composta por cartas pessoais se mostra adequada na medida em que elas permitem a construção de um texto cujo grau de formalismo é menor e, além disso, se pode observar as diferentes relações presentes na sociedade. Dessa maneira, há um pequeno retrato do Brasil nas missivas elencadas nessa amostra.

3.2 A Sociolinguística Histórica

O estudo dos fenômenos de variação e mudança em diacronias passadas requer alguns cuidados específicos, tanto com relação ao fenômeno linguístico propriamente dito, como também com a coletânea e análise dos materiais. Com isso, a Sociolinguística Histórica parte dos princípios elaborados e tratados pela Sociolinguística Variacionista, aplicando-os a materiais pertencentes a diacronias passadas.

Se, por um lado, a Sociolinguística Histórica teve como marco inicial o artigo de Weinreich, Labov e Herzog, por outro, teve seu desenvolvimento metodológico e prático com Romaine (1982). Para a autora, a relação entre a Sociolinguística e a Linguística Histórica é intrínseca, pois enquanto a Linguística Histórica pesquisa o desenrolar das relações ao longo do tempo, aquela trata do âmbito linguístico em uma determinada comunidade de fala situada historicamente.

Sem dúvida, o primeiro problema de uma análise com base na Sociolinguística Histórica refere-se à constituição da amostra. Constituir uma amostra diacrônica é uma tarefa árdua pois, diferentemente de uma análise sincrônica, em que a disponibilidade de materiais é maior, em uma análise diacrônica, o investigador tem de trabalhar com os materiais que resistiram ao tempo. Sobre isso, Conde Silvestre (2007, p. 35) aponta que:

Em comparação com a diversidade, quantidade e autenticidade dos dados à disposição do investigador em sociolinguística sincrônica ou em linguística descritiva, a informação de que dispõe quem tenta desenvolver sua investigação no âmbito da linguística ou da sociolinguística histórica é fragmentária, escassa e dificilmente vinculável à produção real de seus falantes.

Conforme salienta Romaine (1988, p.1454 *apud* CONDE SILVESTRE, 2007, p. 45) os materiais históricos conservam dados significativos do passado, cabendo ao investigador tratá-los da maneira mais adequada possível. Conde Silvestre (2007), além de apontar os inúmeros problemas relacionados à investigação da SH, estabeleceu alguns princípios metodológicos a serem considerados para minimizar esses problemas, a saber: a uniformidade linguística, a reconstrução da História Social e a reconstrução do contexto de produção.

Para o autor, a **Uniformidade linguística** pressupõe que, pelo fato de a variação ser inerente à língua, podemos considerar que, da mesma maneira que as línguas estão submetidas à variabilidade no presente também estiveram no passado, ou seja, a partir da observação dos resultados sobre o tratamento na atual sincronia, podemos (tentar) projetar algumas hipóteses para a investigação diacrônica do fenômeno.

O princípio da **reconstrução da História Social** prevê a reconstituição das relações humanas no passado, procurando discutir como se constituíam os papéis sociais, as relações familiares, a estrutura e mobilidade social, as relações entre os sexos, a construção do gênero, as relações de poder e solidariedade, as redes sociais, entre outros (BURKE, 1992, p. 47-103).

A **reconstrução do contexto de produção** parte da investigação de elementos do próprio texto para recuperar o contexto de produção original. Essa reconstrução é necessária quando não há muitas informações históricas disponíveis sobre o material.

Diante do exposto, aliar os pressupostos da Sociolinguística variacionista com os da Sociolinguística Histórica é o mais adequado para esta análise. Como dito inicialmente, aspectos como o perfil histórico dos remetentes das cartas e o contexto social de escrita serão analisados com o intuito de se observar como tais aspectos influenciam no fenômeno analisado.

4. Metodologia e hipóteses

A análise quantitativa aqui apresentada foi realizada com auxílio do programa Goldvarb-X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2001). Por meio desta ferramenta, foi possível fazer cálculos estatísticos que nos permitiram realizar o cruzamento de distintos condicionamentos para a expressão da posse em terceira pessoa, no português brasileiro. Neste trabalho, especificamente, nos deteremos na interpretação dos seguintes fatores: tipo de estrutura de posse (pronomes possessivos, posse interna ou posse externa); traço de inalienabilidade (inalienável, alienável ou abstrato); data de nascimento dos missivistas; missivistas ilustres e não ilustres.

Consoante ao que dissemos na primeira seção, nosso objetivo neste trabalho é investigar quais são os paradigmas de terceira pessoa da expressão de posse dos missivistas brasileiros, nascidos entre os séculos XIX e XX. Este objetivo é oriundo de mais uma das perguntas que podem ser feitas sobre a sintaxe da expressão de posse no português brasileiro (MELO, 2015; BARROS, 2011; BERLINCK, 1996). Nossas hipóteses são apresentadas abaixo:

- a) As construções de posse externa, ao longo do tempo, diminuirão sua frequência de uso e ficarão restritas à posse inalienável. Esperamos encontrá-las com maior frequência em missivas escritas por homens ilustres, especialmente, a partir do início do século XX (MELO, 2015; BARROS, 2011; BERLINCK, 1996);
- b) As frequências de posse interna e pronomes possessivos, em sentenças com posse alienável, apresentarão um comportamento variável;
- c) A divisão dos missivistas em homens ilustres e não ilustres se mostrará relevante para a análise. Esperamos encontrar maior frequência de posse externa nas cartas escritas por homens ilustres. Essa hipótese é norteadada pelos resultados de Melo (2015) que demonstram ser este tipo de construção um fóssil na gramática do português brasileiro, especialmente, quando ocorre com o clítico.

Na próxima seção, apresentamos os resultados gerais e mostramos como o português brasileiro se comporta em relação aos três tipos de estruturas de posse, ao traço de inalienabilidade e ao tempo. Na seção seguinte, discorreremos sobre a relação entre as formas variantes da expressão da posse e o caráter ilustre ou não ilustre dos homens brasileiros que escreviam cartas nos séculos XIX e XX.

5. Resultados

Conforme mostramos na primeira seção, as construções que expressam posse no português brasileiro podem ser realizadas sob três formas: um pronomes possessivos, uma estrutura em que há a preposição de [+ NP], ou uma estrutura em que ocorre um pronomes clítico. Ao observar estas três formas variantes na terceira pessoa, fizemos um levantamento de 188 sentenças em que há posse externa, posse interna ou pronomes possessivos de terceira pessoa em missivas. Os resultados gerais deste levantamento são apresentados na tabela abaixo.

Observemos, inicialmente, que a frequência de uso da posse externa é muito baixa quando comparada aos resultados da posse interna e do pronomes possessivos. Há somente 2% das estratégias de expressão da posse sendo realizadas por meio do pronomes clítico de terceira pessoa. Esse resultado corrobora os encontrados por Melo (2015), Barros (2011) e Berlinck (1996) que demonstram ser a estratégia do uso clítico para expressar posse praticamente um fóssil linguístico do português brasileiro. Nesse sentido, construções em que o clítico tem o traço [+possuidor] podem ter se tornado restritas às produções escritas de pessoas com alto nível de escolaridade. Na próxima seção, veremos quais missivistas produziram as três sentenças em que há o clítico possessivo de terceira pessoa.

Por outro lado, ao observar os resultados referentes à posse interna e ao pronomes possessivos, observamos que há um contexto de variação, isto é, em cartas escritas por homens nascidos entre os séculos XIX e XX, foram encontrados 46% das ocorrências sob a forma de posse interna e 52% sob a forma de pronomes possessivos.

	3ª Pessoa	
	N	%
Pronome	98	52%
Posse interna	87	46%
Posse externa	3	2%
Total	188	

Tabela 1. Distribuição geral dos dados por tipo de estrutura sintática.

Outro fator que destacamos nesta primeira observação dos dados é a relação entre o tipo de estrutura de posse e o seu traço de inalienabilidade. Payne e Barshi (1999) ressaltam que a construção de posse externa é prototípica da posse inalienável não sendo, entretanto, agramaticais as sentenças em que esta ocorre, mas há posse alienável. Na tabela abaixo, podemos verificar que os resultados expressos pela amostra de missivas vão ao encontro da assunção de Payne e Barshi. Observemos que os três dados em que o item lexical com o papel temático de [+possuidor] se encontra em um constituinte descontínuo a aquele em que aparece o item [+possuído] são exemplos de posse inalienável, como pode ser visto em (13).

- (13) era o teu Pai q me chamava para tratar_[-possuidor] lhe o ferimento da _[+possuído] perna (Oswaldo Cruz, 10-04-1891)

Estruturalmente, sabemos desde Givón (1985) que uma leitura de parte-todo – como é a observada na posse inalienável – ocorre quando o NP [+possuído] é uma parte intrínseca do NP [+possuidor] que pode aparecer com o Caso Nominativo, (14a), ou com o Caso Dativo, (14b). conforme pode ser visto nos já célebres exemplos do francês que apresentamos em (14).

- (14) a. Jean lève la main. (João levanta a mão)
b. Je lui ai coupé les cheveux. (Eu lhe cortei os cabelos)

A recolha de dados diacrônicos nesta pesquisa só nos permite apontar evidências de uma estratégia em que a posse inalienável é codificada como posse externa: ou seja, o uso do clítico dativo. Assim, os 15% de posse inalienável em que há posse externa apresentam o constituinte descontínuo sob a forma de clítico dativo.

	Posse alienável		Posse inalienável		Posse abstrata	
	N	%	N	%	N	%
Pronome	21	62%	14	52%	46	46%
Posse interna	13	38%	9	33%	55	54%
Posse externa	0	0%	3	15%	0	0%
Total	34		26		101	

Tabela 2. Tipo de estrutura sintática x traço de inalienabilidade.

Cabe, entretanto, salientar que, no português brasileiro, há pelo menos mais duas estratégias de expressão da posse em que ocorre um constituinte descontínuo. Estamos nos referindo às construções de tópico-sujeito que envolvem o alçamento de um DP [+possuidor] para a posição de sujeito, conforme o exemplo em (15), ou mesmo

a uma construção como as exemplificadas em (16) em que o DP sujeito de um verbo transitivo tem o traço [+possuidor], enquanto o DP objeto tem o traço [+possuído]⁵.

- (15) Deixa pra la. Voce estava ótimo. Viu aquele gordao com a mulher com fuça de lagartixa? Quase que o filho da puta rachou o bico de tanto rir. (Peça de teatro, Balada de um palhaço, Plínio Marcos, 1935) (MELO, 2015, p. 51)
- (16) João levanta a mão. (MELO, 2015, p. 51)

Apresentada a construção de posse externa, voltemos nossa atenção para os resultados referentes a posse interna e ao pronome possessivo que são observados na tabela anterior. Inicialmente, o que podemos verificar é que a frequência de uso do pronome possessivo é maior do que a encontrada para a posse interna e isto vale tanto para as construções em que há posse alienável – portanto, uma relação de posse não intrínseca – quanto para aquelas sentenças em que há posse inalienável.

No que concerne aos dados que classificamos como posse abstrata, encontramos de fato um contexto de variação com índices muito próximos, todavia com a maior frequência de uso sendo observada nas construções de posse interna em detrimento do resultado alcançado nas sentenças em que há posse alienável e inalienável. Especificamente, quando os dados foram classificados como posse abstrata, a frequência de uso é de 46% de pronomes e 54% de posse interna.

Em síntese, os resultados gerais apresentados até aqui revelam que a posse externa com o clítico *lhe* é pouco produtiva no português brasileiro. Ademais, quando comparados ao trabalho de Melo (2015), em que a autora opõe posse externa e posse interna, se verifica uma tendência de variação entre as formas com pronome possessivo e aquelas em que há posse interna. Melo (2015), por outro lado, encontra apenas uma curva ascendente para a posse interna que pode ser vista no gráfico abaixo.

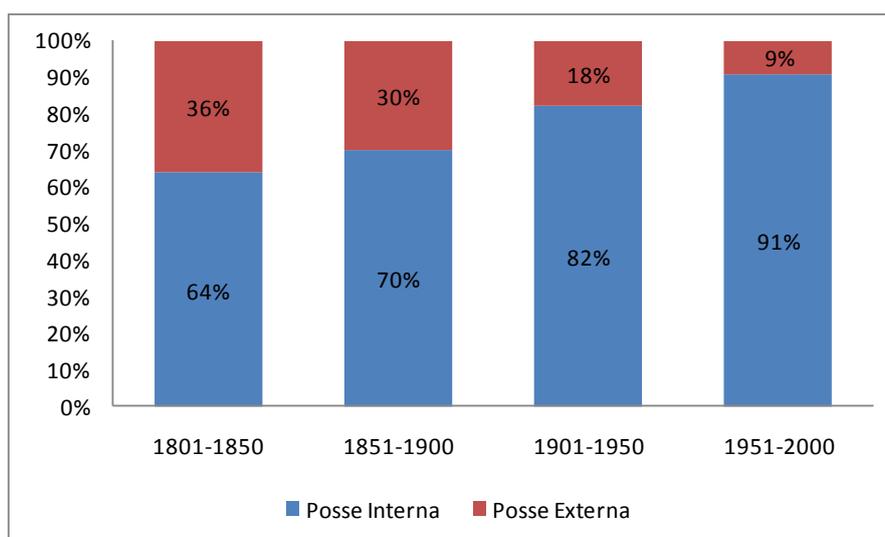


Gráfico 1. Posse interna x Posse externa ao longo do tempo, em peças de teatro escritas por brasileiros, nascidos nos séculos XIX e XX. (Retirado de MELO, 2015, p. 60)

Uma possível explicação para o aumento da frequência de uso da posse interna e ou seja, da construção em que o DP [+possuidor] está foneticamente realizado dentro do DP ao qual se adjuge está na mudança do paradigma pronominal da expressão de posse do PB.

Estamos, especificamente, nos remetendo à mudança no paradigma das formas possessivas do PB apontada, por exemplo, por Silva (1984) e Cerqueira (1996) em que um paradigma com seis formas genitivas é reduzido para um paradigma com apenas três formas, como pode ser visto no quadro abaixo. Especificamente, na

⁵ Não é nosso objetivo descrever de modo exaustivo as construções em que há posse externa no português brasileiro. Por isso, nos detemos em expô-las de forma breve acima. Se ao leitor interessar saber mais sobre o tópico, recomendamos as leituras de Payne e Barshi (1999), Melo (2015), Galves e Avelar (2013), Florippi e Nunes (2009), Barros (2011), Berlinck (1996).

terceira pessoa, observemos que passam a ser prototípicas formas analíticas em detrimento do primeiro paradigma em que havia formas sintéticas.

	Primeiro paradigma	Segundo paradigma
Primeira pessoa (singular)	meu	meu
Segunda pessoa (singular)	teu	seu
Terceira pessoa (singular)	seu	dele
Primeira pessoa (plural)	nosso	nosso
Segunda pessoa (plural)	vosso	de vocês
Terceira pessoa (plural)	seu	deles

Quadro 5. Os dois paradigmas do sistema de possessivos do PB.

É preciso ressaltar também que o aumento da frequência de uso das formas analíticas não se dá apenas em estruturas de “de + pronome”, mas também em construções de “de + DP”. O importante, na verdade, diante da mudança no paradigma pronominal dos possessivos é que a posição de adjunto esteja preenchida. Na construção de posse externa, há uma categoria vazia na posição de adjunto, por outro lado, nas construções que temos chamado de posse interna essa mesma posição está sempre preenchida.

Ocorre, entretanto, que nossos resultados levantam algumas perguntas que até aqui não conseguimos responder:

- a) Quais os condicionamentos que estão favorecendo a maior frequência de uso do pronome possessivo nas construções com posse inalienável e alienável?
- b) Por que o comportamento da posse abstrata é distinto, ou seja, por que somente neste caso a construção de posse interna é mais frequente do que o pronome possessivo?

Vejamos na próxima subseção a relação entre os três tipos de estrutura de posse, a diacronia e o traço de inalienabilidade.

5.1 Um olhar para a diacronia

Em conformidade com o que apresentamos na seção anterior, podemos dizer que os resultados revelam dois cenários: (i) de fato encontramos a diminuição na frequência de uso da posse externa; (ii) entretanto, esperávamos que a frequência de uso da posse interna fosse maior do que a de pronome possessivo em virtudes das mudanças no paradigma de possessivos do português brasileiro. Vejamos então qual é o comportamento dos dados ao longo de tempo e se esta nova análise é capaz de auxiliar-nos a explicar o comportamento anômalo que observamos anteriormente.

Atentemos, em primeiro lugar, para o gráfico abaixo em que apresentamos ao longo do tempo as curvas que refletem a frequência de uso das três variantes em estudo neste trabalho. No que concerne à curva da posse externa, os únicos dados foram encontrados por missivistas nascidos no século XIX, corroborando assim os resultados de Berlinck (1996), Barros (2011) e Melo (2015) que encontram uma baixíssima frequência de uso deste tipo de construção em textos escritos produzidos por brasileiros do século XX.

É fato que a baixa quantidade de dados de posse externa pode também estar atrelada ao *corpus* que escolhemos para trabalhar. As cartas são um excelente material para a realização de pesquisas sobre a forma de tratamento, sobre o paradigma de segunda pessoa. Todavia, nos trouxeram desafios para a análise da terceira pessoa, justamente por conta das características prototípicas do gênero textual. Embora saibamos e reconheçamos os desafios que a amostra nos impôs, é notável que, ao menos em relação à posse externa, há

evidências para confirmarmos o que a literatura já nos apresenta. Em nossa avaliação, os resultados deste novo trabalho mostram que os dados de clítico dativo, expressando posse no PB, são oriundos de um forte processo de escolarização, que consegue levar o discente a produzir e interpretar um tipo de construção fossilizada no PB.

Dado que a construção de posse expressa por um clítico dativo é pouco produtiva no PB, as duas outras formas variantes estão em competição ao longo do tempo. Se no início do século XIX, os resultados apontam que há maior frequência de posse interna do que de pronome possessivo, este cenário vai se alternando ao longo do século XX e atinge ao final deste período uma frequência de uso exatamente igual para as duas formas variantes.

É interessante notar que apesar de ter ocorrido a queda na frequência de uso da posse interna da primeira para a segunda metade do século XIX, ao longo do século XX, sua curva se torna ascendente, respectivamente, com os seguintes índices 68%, 38%, 46% e 50%, como apresentado no gráfico abaixo:

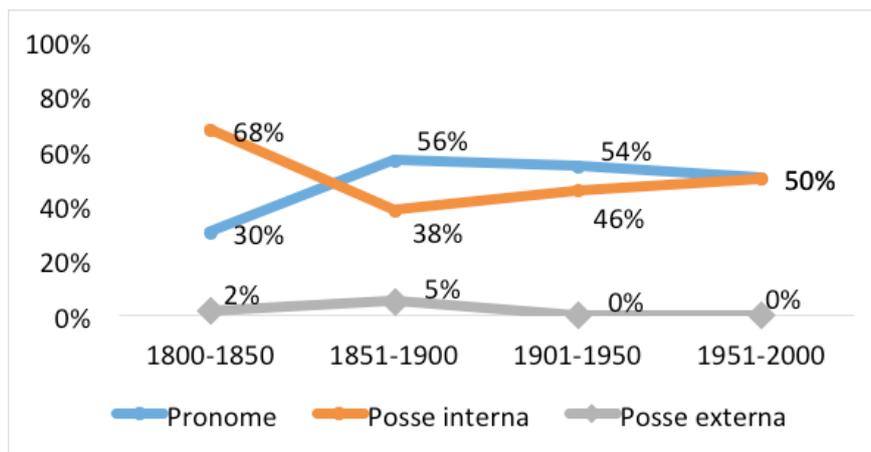


Gráfico 2. Pronome possessivo, posse interna e posse externa, em cartas escritas por homens brasileiros, nascidos entre os séculos XIX e XX.

Cabe neste momento fazermos uma digressão teórica a fim de tentarmos explicar a relevância do resultado observado no final do século XX, isto é, exatamente 50% das ocorrências para posse interna e pronome possessivo. Nossa digressão se alinha com os pressupostos da Teoria de Variação e Mudança (WEIREINCH; LABOV; HERZOG, 1968).

Em síntese, a Teoria de Variação e Mudança lança mão de cinco problemas que precisam ser considerados quando se busca fazer uma pesquisa diacrônica. São eles: os fatores condicionadores, a transição, o encaixamento, a avaliação e a implementação. Vamos, a seguir, fazer menção ao problema da implementação da mudança no sistema linguístico.

No processo de difusão da mudança linguística, os fatores condicionadores vão determinar em quais contextos uma dada variante vai se implantar de forma mais lenta ou mais rápida. Esta característica de certa forma possibilita que uma mudança linguística seja vista em diferentes níveis de avanço a depender do contexto estrutural analisado.

Desse modo, o gráfico anterior em que vemos o encontro das curvas de posse interna e posse externa, na segunda metade do século XX, precisa ser comparado a um outro resultado estatístico em que o fator estrutural inalienabilidade é analisado em uma perspectiva diacrônica. Isto é importante porque a mudança linguística na expressão do português brasileiro não está – pelo menos com o resultado que temos até aqui – implantada no sistema. Isto é, ainda não são encontrados dados categóricos de uma dada variante em detrimento da outra.

Sugere-se que há uma mudança linguística quando um dos muitos traços característicos da variação na fala se difunde através de um subgrupo específico da comunidade de fala [...] a completção da mudança e a passagem da variável para o status de uma constante se fazem acompanhar pela perda de qualquer status social que a outra variante possuía. (WEIREINCH; LABOV; HERZOG, 2006, p. 124-125)

Consoante a citação acima, vamos apresentar, no próximo gráfico, cruzamento dos fatores: tempo, tipo de posse e traço de inalienabilidade. Em síntese, o gráfico mostra que a construção de posse interna está aumentando a frequência de uso de forma mais rápida quando há posse alienável. Este contexto, ao final do século XX, é categórico. No que concerne à posse inalienável, também encontramos o aumento contínuo da construção de posse interna em detrimento do pronome possessivo.

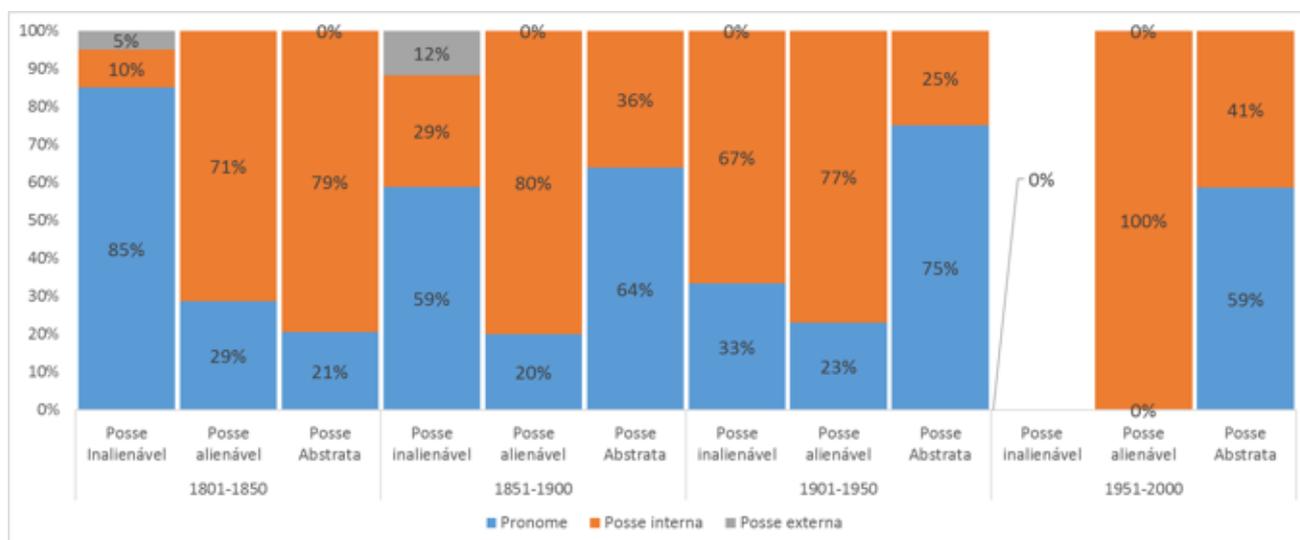


Gráfico 3. Pronome, posse interna e posse externa x Traço de inalienabilidade, em cartas escritas por homens brasileiros, nascidos entre os séculos XIX e XX.

Todavia, o comportamento dos dados que classificamos como posse abstrata é distinto dos dois contextos anteriormente mencionados. Em verdade, o gráfico indica, nos três primeiros períodos, que quando a posse é abstrata ocorre o aumento da frequência de uso do pronome possessivo, respectivamente, 21%, 64%, 75%. Apenas, na segunda metade, século XIX, há a diminuição da frequência de uso do pronome possessivo para 59% das ocorrências. Parece, portanto, que estes dados considerados menos prototípicos em relação ao traço de inalienabilidade são um contexto de resistência para a implementação da mudança.

5.2 Um olhar para a história a partir da sociolinguística histórica

Como dito no início deste trabalho, foram analisadas 100 cartas pessoais escritas por 10 diferentes homens pertencentes a diferentes períodos. Destes 10 homens, 6 são considerados ilustres e 4 não ilustres. Consideramos como ilustres, pessoas socialmente conhecidas, as quais há inúmeras informações a respeito, como o ilustre médico Oswaldo Cruz e o ex-presidente da República Affonso Penna. São considerados não ilustres os homens que não são socialmente conhecidos, os quais possuímos pouquíssimas informações sobre suas vidas.

Salientamos novamente que em uma análise com um *corpus* diacrônico, não conseguimos estabelecer critérios regulares para toda a amostra, como por exemplo, o fato de haver mais missivistas ilustres que não ilustres. Mais uma vez se confirma o que Conde Silvestre (2007) apontou sobre a dificuldade de se construir uma amostra diacrônica homogênea e equilibrada em seus critérios, no entanto, a necessidade de uma análise diacrônica é importante a partir de um *corpus* que, apesar de não ser perfeito, é perfeitamente adequado para a análise linguística de um fenômeno.

Na tabela a seguir, mostramos a distribuição dos resultados que se referem ao tipo de posse encontrada por missivista:

	C. B. Ottoni (1811)		C. do Amaral (1839)		Affonso Penna (1848)		Casemiro de Abreu (1852)		Oswaldo Cruz (1872)		Odécio de Senna F. (+/- 1900)		Jaime Saraiva (+/- 1900)		Frazão Braga I (+/- 1920)		Frazão Braga II (+/- 1970)		Jaci (+/- 1970)	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Pronome	6	40%	4	33%	9	26%	2	40%	18	67%	4	40%	4	57%	8	42%	9	50%	7	50%
Posse interna	8	53%	8	67%	26	74%	3	60%	7	26%	6	60%	3	43%	11	57%	9	50%	7	50%
Posse externa	1	7%	0	0%	0	0%	0	0%	2	7%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Total	15		12		35		5		27		10		7		19		18		14	

Tabela 3. Pronome, posse interna, posse externa por missivista.

Foram encontrados apenas 3 dados de posse externa na amostra, sendo eles utilizados apenas pelos missivistas ilustres da amostra, mais especificamente por Ottoni e Oswaldo Cruz. Como dito na seção anterior, tal resultado corrobora os já apresentados na literatura, os quais ligam o uso do clítico dativo à escolarização do indivíduo. Ottoni foi um renomado engenheiro, deputado mineiro e escritor. Oswaldo Cruz foi um médico sanitarista conhecido no Brasil e no mundo por ser pioneiro nas pesquisas sobre doenças tropicais. Ambos missivistas – bem como os demais ilustres – possuíam alto grau de escolarização e contato com os modelos de escrita, o que parece influenciar na manutenção de uma estratégia pouquíssimo utilizada em toda amostra.

No que se refere à posse interna, tal estratégia foi mais frequente nas cartas do ex-presidente Affonso Penna, com 74%, seguida das missivas de Cupertino do Amaral, com 67%. A frequência da posse interna nos demais missivistas mostrou-se, de certa forma, equilibrada tanto no âmbito dos ilustres quanto dos não ilustres. A utilização do pronome também se mostrou mais recorrente nas missivas de Oswaldo Cruz, com 67%. Interessante notarmos que Penna e Amaral são os que mais utilizam a posse interna e, conseqüentemente, os que menos utilizam o pronome. Já Cruz, utiliza mais o pronome em detrimento a posse interna.

A seguir, vejamos os resultados obtidos separados entre ilustres e não ilustres:

	Ilustres		Não ilustres	
	N	%	N	%
Pronome	43	41%	28	48%
Posse interna	58	56%	30	52%
Posse externa	3	3%	0	0%
Total				

Tabela 4. Pronome, posse interna e posse externa, considerando homens ilustres x homens não ilustres.

Como visto anteriormente, a posse interna se mostrou a estratégia mais utilizada tanto entre missivistas ilustres quanto não ilustres, seguindo a tendência geral já mostrada nas seções anteriores. Dessa maneira, o perfil do escrevente não parece não influenciar na utilização da estratégia, já que ambos seguiram o mesmo caminho. Igualmente no que se refere ao uso do pronome, ilustres e não ilustres apresentaram frequências semelhantes, seguindo a tendência de queda na utilização da estratégia.

A posse externa parece ser a estratégia mais influenciada por fatores externos, já que apenas dois missivistas ilustres utilizaram tal forma, que possui resquícios arcaizantes e, por isso, ainda presente em escreventes que possuem mais contato com a língua escrita e/ou com maior grau de escolaridade. Ao que tudo indica, a posse externa não estava mais 'na boca do povo', isto é, no vocabulário dos indivíduos das camadas mais populares, resistindo apenas – e com pouquíssima frequência – ,na escrita dos homens mais ilustres.

Considerações Finais

Os resultados apresentados neste trabalho são iniciais, entretanto já é possível tecer algumas considerações. Em primeiro lugar, assim como Melo (2015) observou, a posse externa é um tipo de estrutura sintática que está perdendo espaço no português brasileiro. Sua produção é baixa e está restrita a contextos em que, inegavelmente, o processo de escolarização se deu de forma ampla. Mais interessante ainda é observar que mesmo no século XIX o uso de clítico e terceira pessoa para expressar a posse foi muito baixo.

No que diz respeito as duas formas variantes, mais frequentes, para expressar no português brasileiro – o pronome possessivo e a posse interna – o que observamos é que há uma tendência à preferência pela segunda, sendo as construções com o pronome possessivo de terceira pessoa quando houve o que chamamos de posse abstrata, isto é, contextos em que ocorre uma expansão da noção de posse.

Fica claro, entretanto, que é preciso expandir esta análise, mostrando se há diferenças entre a escrita dos homens e das mulheres. Para tanto, é preciso investigar mais a fundo a sócio-história das famílias que compõem esta amostra, o que será feito nos próximos passos da pesquisa. Ressaltamos ainda que serão apresentados resultados acerca da posse de segunda pessoa, haja vista que uma das hipóteses para a diminuição na frequência de uso do pronome possessivo é justamente o fato de ele estar se tornando ambíguo por ocorrer também em contextos de segunda pessoa. Todavia, esta é uma conversa para os próximos trabalhos.

Referências bibliográficas

- BAKER, Chris. *Possessive Descriptions*. Stanford: CSLI Publications, 1995.
- BARROS, Ev'ângela Batista Rodrigues. *Dativos de posse: percurso de mudança*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
- BERLINCK, R. de A. *O Objeto Indireto no Português Brasileiro do Século XIX*. Comunicação apresentada no X Encontro do CELLIP, Londrina, Paraná, 1997.
- _____. *Dativo ou locativo? Sobre sentidos e formas do dativo. no português*. Unesp, SP: Revista Letras, 2001.
- _____. The Portuguese Dative. In: BELLE, W. Van; LANGENDONCK, W. Van (eds.) *Case and Grammatical Relations Across Languages*. The Dative, v. 1: Descriptive Studies. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1996.
- BURKE, P. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UEP, 1992.
- CONDE SILVESTRE, J. C. *Sociolinguística histórica*. Madrid. Gredos, 2007.
- DEN DIKKEN, Marcel. *Relators and Linkers: the syntax of Predication, Predicate Inversion, and Copulas*. Cambridge, MA: MIT Press, 2006.
- GIVÓN, T. Iconicity, isomorphism and non-arbitrary coding in syntax. In: Haiman (ed). *Iconicity in syntax*. Amsterdam, Benjamins, 1985, p. 187-219.
- GUÉRON, J. Inalienable possession, PRO-inclusion and lexical chains. In: GUÉRON, J; OBENAUER, H. G.; POLLOCK, J.-Y (eds.). *Grammatical representation*. Dordrecht: Foris. 1985, p. 43-86.
- LABOV, William. *Principles of Linguistic Change: Internal Factors*. Cambridge: Blackwell Publishers, Vol. 1. 1994.
- _____. Sociolinguística: uma entrevista com William Labov. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*. Vol. 5, n. 9, 2008. Tradução de Gabriel de Avila Othero.
- _____. *Padrões Sociolinguísticos*. Sao Paulo: Parábola Editorial. 2008 [1972].

- LUCENA, Rachel Pereira de Oliveira. *Pronomes possessivos de segunda pessoa: a variação teu/seu em uma perspectiva histórica*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.
- MELO, Elaine Alves Santos. *Construções de tópico sujeito: um caso de mudança na expressão da posse externa no PB*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.
- MIGUEL, Matilde; GONÇALVES, Anabela; DUARTE, Inês. Dativos não argumentais em português. *Textos Seleccionados, XXVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, APL, 2011, p. 388-400.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Possessivos. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (org). *Gramática do Português falado*. Volume III: As abordagens. Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP, 1993.
- _____. *Gramática de usos do português*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.
- _____. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.
- PAIVA, M. da C. A variável gênero/sexo. In.: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Orgs.) *Introdução a Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 33 - 42.
- _____.; DUARTE, M. E. L. Mudança linguística: observações no tempo real. In.: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Orgs.) *Introdução a Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 179 -190.
- PAYNE, Doris. L.; BARSHI, Immanuel. External Possession: What, Where, How and Why. In: PAYNE, Doris. L.; BARSHI, Immanuel (org). John Benjamins Publishing Company. Amsterdam/Philadelphia, 1999.
- PICALLO, C.; RIGAU, G. El posesivo y las relaciones de posesivas. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (orgs). *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa Calpe, 1999, p. 973-1024.
- ROMAINE, P. *Socio-Historical Linguistics. Its status and Methodology*, 1992.
- SANKOF, David; SMITH, Eric; TAGLIAMONTE, Sali. GoldVarb: A multivariate analysis application for Windows. University of York: Department of Language and Linguistic Science and Computer Services, 2001.
- SILVA, G.M. de O. e. Variação no sistema possessivo de terceira pessoa. *Tempo Brasileiro*, 78/79, 1984, 54-72.
- WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].